



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE,
AUSTELINO CORREIA, NA SESSÃO DE ABERTURA DO CONFERÊNCIA DO
MINDELO – XXX ANIVERSÁRIO DA CRCV
*Centro Cultural do Mindelo, 30 de setembro de 2022***

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

No passado dia 25 de setembro em curso, perfizeram-se trinta anos de vigência da Constituição da República de Cabo Verde de 1992.

Decorridos três décadas da aprovação e entrada em vigor dessa que é a primeira Constituição Democrática de Cabo Verde, a Assembleia Nacional decidiu memorar a efeméride com a realização de um leque de atividades, de entre as quais, se destaca esta Conferência Internacional do Mindelo, São Vicente, que tenho a honra de presidir enquanto Presidente da Casa Parlamentar cabo-verdiana, instituição central do poder político e da democracia, a única com supremacia constitucional, porque somente ela detentora de poder constituinte e com legitimidade para apresentação, discussão e aprovação de projetos de lei de revisão constitucional, seja ela ordinária, seja extraordinária.

Ao proferir o discurso de abertura desta conferência, dou as boas-vindas, em nome de todos os Deputados da Nação e em meu nome pessoal, aos presentes, por terem respondido positivamente ao meu convite para se juntarem a nós, dando mais brilho e significado a esta efeméride. Sentimo-nos muito honrados por vos acolher e por ser a Casa do Povo, da Democracia e da Liberdade a promotora de tão importante encontro, que congrega políticos, académicos, docentes, estudantes, titulares e representantes de confissões religiosas, empresários, sociedade civil organizada e não só, enfim, uma plateia diversificada e qualificada, de homens e mulheres uns mais jovens e outros, como eu, menos jovens, mas todos partidários da democracia e da liberdade, com a finalidade de



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

celebrar a idade adulta da nossa Lei Mãe de todas as leis e debater temas de atualidade indiscutível e de tão elevada importância para a nossa vida em sociedade e como Nação. A todas e todos vós, os meus respeitosos e calorosos cumprimentos e sinceros agradecimentos.

Permitam-me que saúde e agradeça de modo particular as presenças neste evento dos titulares dos Órgãos Municipais de São Vicente, o Dr. Augusto Neves e a Dra. Dora Oriana Pires, Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Assembleia Municipal, respetivamente.

Me seja permitido, também, destacar a presença do Dr. Paulo Veiga, Deputado, ontem, eleito Líder Parlamentar do Movimento Para a Democracia, a quem aproveito o ensejo para desejar os melhores êxitos no exercício das novas funções, sempre para o bem da democracia cabo-verdiana e no espírito que nos deve guiar a todos: o de servir e servir bem a todos os cabo-verdianos.

Ilustres convidados,

Minha Senhoras e meus Senhores,

Decorridos trinta anos da entrada em vigor da Constituição de 1992 e depois de duas revisões ordinárias, a de 1999 e a de 2010, creio termos razões para afirmar que a nossa Lei Fundamental já deu provas de maturidade, que ela é estável e mantém-se atual, pese embora possa carecer de alguma revisão pontual, o que é natural numa sociedade e num mundo em constante e acelerada evolução. É preciso, por isso, desenvolvermos cada vez mais a cultura da Constituição, assumindo e respeitando-a e defendendo o seu cumprimento, particularmente nas circunstâncias atuais do mundo, em que é preciso proteger a democracia e promover a sua consolidação e lutar para a defesa e proteção dos ganhos até aqui conseguidos, sobretudo no que aos Direitos Humanos e à Dignidade da Pessoa Humana diz respeito. Tarefa ingente que compete, não apenas aos políticos e às autoridades públicas, mas a todos os cidadãos.

Portanto, o momento é de exaltação e júbilo, sim senhor, mas, também e sobretudo, de reflexão sobre o desempenho e a atualidade da nossa Constituição: avaliar criticamente as suas virtudes e



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

insuficiências, a oportunidade e necessidade de sua adequação face às mudanças ocorridas no País e no Mundo, nesse transcurso de 30 anos, provocar debates úteis e recolher contribuições abalizadas da sociedade para um eventual processo de revisão.

É com este propósito que a Assembleia Nacional de Cabo Verde, órgão que detém particulares responsabilidades em matérias constitucionais, enquanto principal interessada nessa reflexão, aproveita esta efeméride para dar sinais à sociedade da necessidade, por um lado, de conhecer, divulgar, promover e viver a constituição e, por outro lado, de a avaliar com visões críticas e positivas, com a firme convicção de ser essa a melhor forma de fazer da nossa Constituição o instrumento de desenvolvimento político, social, económico e institucional que melhor sirva Cabo Verde.

Vamos, por isso, desenvolver atividades de carácter institucional, mas, igualmente, envolver a sociedade para que, mais do que festejar, possamos conhecer melhor a nossa constituição, socializá-la e defendê-la, numa atitude de apropriação e sentido de pertença.

Senhoras e senhores conferencista,

Distintos convidados,

A nossa Constituição é o repositório dos princípios e valores profundos e fundacionais da Nação cabo-verdiana. A vida, a liberdade, a integridade e dignidade da pessoa humana; a tolerância, a fraternidade e a entre ajuda; a cultura da paz, do respeito e da sã convivência; o trabalho, o esforço, a iniciativa, o mérito e a busca constante do bem-estar; a segurança, a resiliência, a persistência e a determinação; a família, a boa vizinhança, a sede de conhecimentos, a abertura ao mundo e a apetência pela modernidade; a esperança, a busca de horizontes novos e a coragem para enfrentar dificuldades, estão na base da nossa constituição e inspiraram profundamente os constituintes de 1992.



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

Pode-se afirmar, sem medo de errar, que esses valores continuam a ser por nós cultivados e são o farol que tem orientado esta nossa viagem rumo à modernidade e à conquista de maiores patamares de desenvolvimento e bem-estar para todas as cabo-verdianas e todos os cabo-verdianos.

Arrisco-me, pois, a afirmar que, efetivamente, a Constituição Democrática de 1992 cumpriu e bem a sua função.

Da sua entrada em vigor aos dias de hoje, ela teve um papel preponderante e positivo nas mudanças e no desenvolvimento político, económico, social e cultural do País; provocou mudanças profundas no sistema político e institucional do Estado; permitiu-nos saltos qualitativos na modernização socioeconómica da Nação e na melhoria substancial do nível de vida das nossas populações.

Permitiu-nos ultrapassar todas as crises que enfrentamos, respeitando a dignidade do nosso povo e os nossos compromissos para a proteção, promoção e defesa dos direitos humanos fundamentais. Ela continua, portanto, atual na sua estrutura básica e com uma capacidade de adaptação assinalável.

Trinta anos depois, o modelo de organização política e social nela plasmado continua a servir os desígnios e as vontades da Nação. Continuamos a nela encontrar o essencial das soluções para os problemas da sociedade e do Estado. Ela tem sido o principal instrumento que nos tem permitido viver, promover e defender a democracia e a liberdade.

Porém, como toda a obra humana e todas as constituições, ela não é perfeita nem estática. Como toda a Lei, ela sofre a erosão do tempo, dos resultados de sua aplicação e das mudanças que acontecem nas estruturas e nas conjunturas das realidades nacional e internacional.

Todos sabemos que o mundo de hoje não é o mesmo de 1992. Esse período está marcado por mudanças continuas e profundas, tanto externas como internas.

A revolução das novas tecnologias; o aprofundamento da globalização; a complexificação das relações económicas e comerciais internacionais; as constantes alterações na geopolítica e na ordem mundial estabelecida; as complexas e novas questões de segurança subsequentes aos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001; a nova realidade vivida com a chegada do Covid-



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

19; as incertezas e ameaças resultantes das tensões e dos conflitos armados espalhados um pouco pelo Planeta; o aprofundamento da crise climática e ambiental; e o aumento da capacidade reivindicativa da comunidade cabo-verdiana, nacional e na diáspora, caracterizam um novo mundo ao qual nos devemos adaptar, para que possamos continuar a aceder a patamares cada vez mais elevados de bem-estar para as nossas gentes.

No momento, somos confrontados com os efeitos das mais variadas crises externas, já de todas conhecidas e cujos constrangimentos de que são portadoras impactam negativamente a qualidade de vida de que desfrutamos hoje em Cabo Verde, nomeadamente o agravamento da pobreza; o aumento do desemprego; a deterioração do poder de compra e o aumento generalizado dos preços, para só citar alguns.

Enfrentar tais constrangimentos, requer instituições sólidas, adaptáveis, atentas e eficazes.

A própria complexificação da conjuntura nacional, a forma como a ela nos adaptamos e os novos desafios que resultam dos avanços que vamos conseguindo, também são testes à efetividade da nossa capacidade organizativa e institucional.

Para ser eficazes, devemos estar atentos à necessidade de adaptação do nosso quadro constitucional e legal, para subsequentes à análise cuidada que se impuser, dispusermos sempre de instituições atuantes e que nos permitam uma sintonia com a conjuntura externa e as aspirações da nação.

É, por isso, importante que, nestas comemorações, tenhamos o espírito aberto, auscultemos a sociedade, seus anseios e suas necessidades, para podermos ter uma visão, a mais concreta e abrangente possível, de como alterar a nossa Lei Mãe, adaptá-la à nova realidade reinante e permitir que sejamos capazes de dar respostas às dificuldades emergentes.

Buscamos momentos de discussão positiva entre o social e o político. Momentos para discutir o conteúdo do nosso pacto social desde o prisma dos destinatários e receber impulsos de todos, de forma inclusiva, para aumentar a eficácia do nossa Constituição, consolidar o clima de consenso



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

preciso para que ela possa continuar a servir, de forma concreta, o desenvolvimento de Cabo Verde.

Sempre atentos à necessidade de aprofundar a democracia, garantir e proteger as liberdades, fortalecer o Estado promotor e defensor dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana enquanto fim supremo de toda a ação política e governativa.

Excelências,

Esta Conferência elegeu temas que constituem objeto das grandes preocupações atuais de toda a humanidade, mormente numa conjuntura em que, como já referido, o mundo se tem confrontado e confronta com várias crises e conflitos, com graves consequências sociais e humanitárias, o que exige dos decisores públicos ações redobradas e concertadas com vista à solidariedade para com os que mais sofrem com tais consequências. É minha convicção que, das apresentações e debates que se preveja muito eficazes, sairemos mais esclarecidos e com uma compreensão mais sólida sobre a Constituição e os Direitos em Tempos de Crise e, quiçá, mais motivados e sensibilizados para cada um, ao nível da sua responsabilidade e competência, promover o reforço e o aceleração de ações no sentido de definir e implementar com eficiência e eficácia medidas com vista ao cumprimento da Constituição no que aos direitos diz respeito, contribuindo, com isso, para a redução das desigualdades sociais e das assimetrias territoriais. Acredito estarmos perante mais uma oportunidade e um passo nessa direção.

Por isso, quero agradecer os nossos conferencistas, o Professor Doutor André Lamas Leite e o Dr. Olavo Freire, bem como as moderadoras, a Dra. Eva Caldeira Marques e a Dra. Ronise Évora, por terem aceitado o meu convite e o desafio para partilhar connosco os seus pontos de vista sobre a Constituição e a sua resiliência em tempos de crises.

Termino, desejando a todos um bom trabalho e declaro aberta a “***Conferência Internacional de Mindelo – XXX Aniversário da CRCV***”.

Muito obrigado pela vossa atenção.